

Compra no cartão fica mais cara

Decisão permite dois preços para o que era adquirido como à vista, incluindo o pré-datado

GILSON LUIZ EUZÉBIO

AS COMPRAS com cartões de crédito estão mais caras. A partir de hoje, o comércio vai poder trabalhar com dois preços, um a vista e outro nas vendas a prazo, inclusive com cheque prédatado. Embora os empresários, reunidos ontem no Ministério da Fazenda, tenham prometido reduzir entre 5% e 10% os preços para pagamento a vista e manter os preços atuais para as compras pagas com cartão, alguns setores, como os de postos de combustíveis, já informaram que vão acrescentar nos preços os encargos cobrados pela administradora do cartão de crédito. Segundo um assessor, os empresários foram alertados que se houver abuso, o Governo poderá reeditar a portaria.

Por força de uma portaria da Sunab, o comércio foi obrigado a considerar os pagamentos feitos com cartão de crédito como sendo a vista. Ou seja, a portaria, editada numa época de inflação alta, visava acabar com a antiga prática dos comerciantes aumentarem os preços quando o consumidor apresentava o cartão de crédito. Na prática o consumidor saiu prejudicado, porque as lojas elevaram os preços para embutir, disfarçadamente, os encargos dos cartões e ficaram proibidas de conceder desconto nos pagamentos a vista.

Como a Sunab foi extinta, os técnicos do Ministério da Fazenda entenderam que todas as portarias baixadas pe-

lo órgão também perderam o valor, e os comerciantes, portanto, estão livres para embutir nos preços - e informar aos consumidores - os encargos cobrados pelas administradoras dos cartões de crédito, explicou ontem o secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Rui Coutinho.

Sobrepreço - Segundo ele, durante a reunião no Ministério da Fazenda, com a presença do ministro Pedro Malan, do secretário de Acompanhamento Econômico, Bolívar Moura Rocha, e representantes do comércio de 15 Estados, os comerciantes prometeram reduzir em até 10% os preços para pagamento a vista. Não foi bem assim, contestou o presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal (Fecomércio) e representante da Confederação Nacional do Comércio, Sérgio Koffes. O desconto vai variar de acordo com a taxa de cada administradora. Segundo ele, as taxas são de 4% a 5% normalmente, mas os grandes estabelecimentos conseguem negociar menores índices.

Como as administradoras só repassam o dinheiro ao comércio 36 dias após a compra, os preços embutiam, além da taxa de administração, os juros do período. Se consideradas as altas taxas de juros atuais, o sobrepreço pode chegar a 10%, segundo Koffes. Com a liberação, Koffes acha que haverá uma maior concorrência entre as empresas de cartões de crédito, baixando as taxas de administração.